

**A morte e as mortes de Antônio Carlos Magalhães:
conciliações autoritárias no regime democrático**

*Death and the deaths of Antonio Carlos Magalhaes:
authoritarian reconciliations the democratic regime*

José Alves Dias

UESB

jdpesquisa@yahoo.com.br

Resumo: As versões sobre a morte de Antônio Carlos Magalhães refletem a indiferença da mídia e a postura conciliadora dos políticos brasileiros. Mas o fato envolve questões muito mais profundas.

Palavras-Chave: ACM; Política; Imprensa

Abstract: The versions on the death of Antonio Carlos Magalhaes reflect the indifference of the press and the conciliatory attitude of Brazilian politicians. But the fact involves much deeper issues.

Keywords: ACM; Politics; Press

Introdução

A trajetória ascendente de Antônio Carlos Magalhães na política brasileira proporcionou, nas últimas décadas, uma cobertura midiática de todos os fatos que o envolviam. Por isso mesmo, auxiliado por sua assessoria de imprensa, o político baiano manteve-se em evidência e a população constantemente informada acerca de sua atuação pública e, muitas vezes, da sua vida pessoal.

Os resultados eleitorais, também, representaram a importância de Antônio Carlos Magalhães no processo político brasileiro. Foram inúmeros os cargos eletivos ocupados por ACM em mais de meio século. Derivou dessa atuação um número considerável de vereadores, prefeitos, governadores, deputados estaduais e federais apoiados por ACM e alguns presidentes da República que foram eleitos ou mantiveram a governabilidade com o apoio do carlismo.

Vários foram os adversários, na política, na imprensa e na vida pessoal que amargaram o ostracismo, em virtude da perseguição implacável empreendida por ACM, com auxílio de uma rede considerável de aliados, através de dossiês e denúncias públicas. Por outro lado,

compôs com antigos adversários, entre eles o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, para quem declarou publicamente o voto nas eleições presidenciais de 2002, após distanciar-se de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).¹ Um rompimento pontual com Lula ocorreu dois anos depois, por pressão de aliados do Partido da Frente Liberal (PFL), que foi logo desfeito com a reaproximação, em abril de 2007, após um encontro no Palácio do Planalto.

A imprensa que destacou a morte de Antônio Carlos Magalhães sempre se referiu a ele como polêmico e contestador. Entretanto, as diversas faces desse sujeito histórico poucas vezes apareceram em estudos acadêmicos, biografias e outras formas de expressão artística. Entretanto, a circulação de informações a seu respeito foram intensas na imprensa, independente das adjetivações que acompanhassem os fatos. Por isso mesmo, propomos acompanhar alguns episódios da trajetória de Antônio Carlos Magalhães através da mídia para demonstrar a sazonalidade de sua influência e a maleabilidade da imprensa e dos demais setores da política brasileira com ACM a depender do lugar ocupado por ele nos setores estratégicos.

Os depoimentos extraídos dessas fontes mostram uma retórica política lisonjeira e subjetiva que parece refletir, por um lado, uma leve deferência de seus aliados incertos quanto ao seu futuro e o do carlismo, e por outro, a preocupação de adversários que, antecipando a crise do grupo capitaneado por ACM, ainda desejava saquear os despojos políticos remanescentes de várias décadas de dominação.

A morte de ACM noticiada pela imprensa

No dia 20 de julho de 2007, depois de enorme expectativa, a mídia noticiou a morte de Antônio Carlos Magalhães, aos 79 anos, em decorrência de pneumonia e disfunção renal, agravadas por uma saúde frágil, complicada por diabetes e problemas cardíacos que lhe provocaram um infarto e a necessidade de implantação de quatro pontes, duas safenas e duas mamas.

¹ Antônio Carlos Magalhães apoiou as eleições de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em 1994 e 1998, porém, no começo de 2000, durante uma disputa de ACM com Jader Barbalho (PMDB) pela presidência do Senado, FHC evitou envolver-se na querela na qual Barbalho saiu vitorioso e foi acusado por ACM de conivência com a corrupção. O presidente tucano demitiu, então, os dois ministros indicados por Antônio Carlos Magalhães e este, por sua vez, propôs a criação de uma CPI, no Senado, para investigar supostas irregularidades no governo do PSDB.

Antônio Carlos Magalhães nasceu em Salvador, no dia 4 de setembro de 1927. Durante a juventude atuou como colaborador no Jornal Diários Associados e, em 1952, concluiu o curso de medicina na importante Faculdade de Medicina da Bahia. Entretanto, jamais se interessou por esta profissão e, dois anos depois, iniciou sua carreira política elegendo-se, como afilhado político de Juracy Magalhães, deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN). Após isso, exerceu várias funções na administração pública brasileira, entre elas, prefeito biônico de Salvador, deputado estadual, duas vezes deputado federal, Ministro das Comunicações de Sarney, presidente da Petrobras e governador do estado da Bahia durante três mandatos, dos quais foi democraticamente eleito em dois pleitos. Durante sua carreira, ficou conhecido pelo acrônimo de ACM e orgulhava-se de ter, como Juscelino Kubitschek, uma sigla, referente ao seu nome, reconhecida em boa parte do mundo contemporâneo. Quando faleceu, desempenhava função legislativa no Senado Federal pelo Democratas (BA).

Desde o dia 13 de junho de 2007, portanto pouco mais de um mês antes de sua morte, que a imprensa especulava sobre o estado de saúde de Antônio Carlos Magalhães, que em outras oportunidades, naquele mesmo ano, havia sido internado por várias complicações no coração, nos pulmões e nos rins. Quando finalmente, veio a notícia oficial do falecimento, apesar dos improvisos para cobrir o trágico acidente de avião, os órgãos de notícia já tinham preparado material suficiente para a cobertura jornalística.²

Um dos principais canais de notícias “*on line*” do país, noticiou essa morte fazendo observações sobre seu perfil social e político, associado a um breve resumo de sua carreira:

Uma das principais lideranças da política nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) morreu nesta sexta (20), aos 79 anos, no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas (Incor), em São Paulo. Segundo nota divulgada pela assessoria do Incor, ACM morreu às 11h40 "em decorrência de falência de múltiplos órgãos secundária à insuficiência cardíaca". Amado e odiado, ACM sempre esteve próximo do poder federal. Foi aliado do regime militar pós-1964 e do tucano de Fernando Henrique Cardoso e apoiou Lula na eleição de 2002. (G1 – EDITORIAIS, 2007)

A chamada de primeira página não reflete apenas o interesse do editor em informar objetivamente ao leitor, na linguagem concisa do jornalismo, sobre o personagem que acabara

² Um avião da TAM se chocou contra um prédio da empresa, ao lado do Aeroporto de Congonhas, na Zona Sul de São Paulo, e pegou fogo, no dia 17 de julho, causando a morte das 187 pessoas a bordo e de outras que estavam no solo.

de falecer. Ele expunha a polêmica constante que norteou a existência de Antônio Carlos Magalhães e, ainda mais, demonstra o adesismo e as ambiguidades do reconhecido político baiano que atravessou, com a mesma disposição, períodos democráticos e autoritários.

O portal de notícias G1 procurou ouvir a opinião de José Sarney (PMDB/MA) que construiu sua carreira política de forma semelhante à de ACM e mantinha uma rede extensa de apoio político no Maranhão, havia algumas décadas. Na visão de Sarney:

O Brasil perdeu um dos maiores políticos contemporâneos do país com a morte do senador Antonio Carlos Magalhães. É um homem que vai fazer falta à política brasileira porque ele tinha um grande espírito público. O senador ACM foi um homem que teve uma presença importante no momento da vida nacional. ACM foi o construtor da Bahia moderna. Ele vai fazer uma grande falta ao Congresso Nacional porque ele era uma voz permanente, de referência. Ele prestou grandes serviços ao país, foi o responsável, naquela época, pelo início do grande projeto de desenvolvimento e transformação dos serviços de comunicação. As qualidades de Antonio Carlos Magalhães superavam muito os seus defeitos. Ele foi um político de posições muito definidas, muito claras. O Nordeste perde um homem que defendeu suas causas com a maior bravura, com a maior determinação. (NERI/G1, 2009) ³

Logo após a morte do senador Antônio Carlos Magalhães, o Jornal A Tarde, de Salvador, elaborou um caderno especial e criou um site, especialmente, para falar a respeito desse político. O foco principal foi traçar um perfil psicológico e biográfico, com depoimentos de vários políticos e jornalistas locais, apresentando, em contraponto, opiniões pouco divergentes sobre o personagem em tela. Algumas pessoas próximas, como o presidente do senado, Renan Calheiros, em entrevista à TV Senado, depois reproduzida pelo jornal local, disse que Antonio Carlos Magalhães foi responsável por grandes avanços econômicos e sociais no País, pela modernização da Bahia, pelo crescimento daquele Estado e uma peça importante na democratização do Brasil. De resto, arrematou que “a sua morte era uma perda irreparável para o Senado, para o Brasil e todos e que deixaria uma lacuna muito grande para o país, sobretudo, para todos que, como ele, mantinham uma relação especial com ACM”. (A TARDE ON LINE, 2009)

Após a repercussão nacional da morte de Antônio Carlos Magalhães, vários foram os depoimentos, neste diário, que elogiavam sua biografia política, entre eles, deputados do

³ O senador José Sarney ao fazer referência “ao grande projeto de desenvolvimento e transformação dos serviços de comunicação” referia-se ao período em que Antônio Carlos Magalhães foi seu Ministro das Comunicações (1985/1990) e distribuiu concessões de rádio e televisão para vários de seus aliados, conforme declarações do próprio ACM em GÓIS, 1995, p. 88-91.

Democratas (DEM), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Social Democrático (PSD). Curiosa, foi a declaração do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao dizer que sentiria falta dos grandes enfrentamentos que teve com ACM. Em suas palavras, ele faria muita falta ao debate político e, segundo o senador petista, “naquele momento de despedida, só conseguia pensar nas qualidades de alguém que construiu toda sua vida como homem público” (IBIDEM)

Exceção à cortesia política foi a postura da ex-senadora Heloisa Helena, presidente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que se recusou a comentar a morte do senador baiano Antonio Carlos Magalhães. Diante da insistência da imprensa para emitir opinião a respeito do assunto foi enfática em ressaltar os atritos que marcaram a sua relação com ACM e, finalmente, retrucou: “não falo sobre isso. Só digo uma coisa, meus inimigos eu escolho em vida. Depois, rezo por eles e espero que descansem em paz”. (AGENCIA O ESTADO, 2009)

Hegemonia carlista na Bahia

A tradição dominante da Bahia nos primeiros anos da República não teve nenhuma relação com ACM. Nas décadas anteriores, nomes como Joaquim José Seabra, Juracy Magalhães, Luis Viana Filho, Otávio Mangabeira, Antônio Balbino, Edgar Santos e Lomanto Júnior figuravam entre os detentores do comando político-partidário local. O carlismo, como grupo político diverso liderado e controlado por Antônio Carlos Magalhães, surge nos anos 1970, após o rompimento deste com Juracy Magalhães, de quem era apadrinhado e amigo pessoal.

O golpe de 1964 foi o momento crucial para a solidificação do carlismo, entretanto, essa não é uma relação mecânica e monolítica. Não se pode dizer que há uma correspondência espontânea de autoritarismos congênicos ou que ACM fosse o único aspirante ao domínio política da Bahia com apoio da ditadura militar. Mas, foi naquele contexto que ele se moveu arditamente utilizando as estratégias comuns à classe dominante, mas que, naquelas circunstâncias faltaram, com precisão, aos seus adversários.

Alguns fatores conjunturais contribuíram para a formação e consolidação do carlismo. Em princípio, a instabilidade do governo Lomanto Júnior, após demonstrar indecisão no apoio ao golpe de 1964, reverteu-se em favor de ACM, visto que, criou um clima favorável para sua inserção decisória no diretório regional da ARENA, em 1966, após a criação do

bipartidarismo. Após isso, o afastamento de Juracy Magalhães e Luis Viana Filho, para ocupar, respectivamente, a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos e o Gabinete Civil de Castelo Branco, produziu um saldo positivo na relação de Antônio Carlos Magalhães com seus pares, na medida em que as demandas imediatas foram canalizadas para si e as respostas satisfatórias, politicamente capitalizadas.

A indicação para prefeito de Salvador, em 1967, num momento em que a cidade reclamava modernização urbana e administrativa, possibilitou a execução de projetos de revitalização da cidade pela equipe tecnocrata de ACM e foi fundamental para a materialização de sua competência como gestor, ao ponto de receber de seus aliados, na Câmara Municipal, o título de “prefeito do século”. Finalmente, o rompimento com Juracy Magalhães, no início dos anos 1970 e o distanciamento calculado dos demais chefes políticos da Bahia fecharam um ciclo de acontecimentos e estratégias favoráveis ao carlismo.

No plano político-ideológico, os elementos mais importantes para o sucesso do carlismo foram os movimentos de sintonia e sincronia com os governos militares. A sintonia refere-se à coesão do carlismo em torno de discursos afinados com a Ideologia de Segurança Nacional e os setores conservadores, tanto civis quanto militares. Esses discursos podiam divergir pontualmente, entretanto, no que tange ao desenvolvimento industrializado do país e ao combate ao comunismo havia sempre uma convergência nesses setores, independente do posicionamento político ou pessoal. A sincronia diz respeito à escolha de momentos adequados para o reposicionamento dos discursos e das práticas políticas considerando, especialmente, as crises militares dos períodos sucessórios durante a ditadura.

Antônio Carlos Magalhães foi habilidoso no uso de estratégias políticas habitualmente utilizadas pelas classes dominantes e favorecido pelas circunstâncias que, eivadas de crises econômicas e políticas, exigiram dos seus potenciais adversários a concentração de esforços fora da Bahia. Como resultado de várias convergências favoráveis e de um senso aguçado de pertencimento orgânico a um grupo político de sustentação da oligarquia liberal burguesa que despontava desde a década de 1930, no Brasil, o carlismo se firmou e contribuiu para sustentar a ditadura militar.

As outras mortes de ACM

Apesar da evidente dominação política havia uma oposição persistente que ameaçava constantemente a hegemonia de Antônio Carlos Magalhães e seu grupo. De certa forma, os herdeiros políticos “naturais” daqueles adversários históricos de ACM como Luis Viana Neto e Jutahy Magalhães Júnior não alcançaram a mesma projeção de ACM e, por isso, representaram uma restrição muito pequena à solidez do carlismo entre os anos 1970 e 2006. Todavia, alguns outros personagens, distantes do bloco tradicional do poder, iriam provocar “feridas mortais” no vigoroso carlismo.

Um episódio bastante conhecido marca esse ciclo de oposições. O artigo publicado em 1969, na coluna “Política Dia a Dia” do Jornal da Bahia, de responsabilidade do jornalista Newton Sobral, do qual, João Carlos Teixeira Gomes foi, também, redator-chefe, provocou a ira de Antônio Carlos Magalhães. O título da matéria que gerou tamanha polêmica foi “Ambição de ACM gerou cisão”, referindo-se às articulações de Antônio Carlos Magalhães para controlar o diretório regional da ARENA e afastar o ex-governador Lomanto Junior de Luis Viana Filho, como também, do processo sucessório posterior.

Esse fato colocou o Jornal da Bahia na mira de Antônio Carlos Magalhães que passou a preterir o mesmo como anunciante, comprometendo seu saneamento financeiro, uma vez que o matutino concorria com o Diário de Notícias e o Jornal A Tarde, o mais lido da Bahia. Coincidentemente, também, o redator-chefe do Jornal da Bahia, havia tido atritos com Antônio Carlos Magalhães, quando ocupou, provisoriamente, a direção da Superintendência de Turismo de Salvador (SUTURSA) por negar-se a utilizar o órgão como comitê político do carlismo.

Depois disso, o prefeito Antônio Carlos Magalhães pediu a demissão de João Carlos Teixeira Gomes e passou a persegui-lo sistematicamente, inclusive, acusando-o de subversivo. A denúncia transformou-se num processo no Superior Tribunal Militar, com base na Lei de Segurança Nacional, que durou até o ano de 1972.

Por iniciativa do jornalista em questão e com o auxílio de vários outros companheiros da imprensa houve uma grande mobilização nacional em defesa dos direitos de expressão e imprensa, bem como, para evitar a crise financeira que, não obstante, fecharia algum tempo depois o Jornal da Bahia. Apesar do desgaste o jornalista obteve apoio de adversários

importantes de ACM, como Juracy Magalhães, e o resultado foi surpreendente, como narra o próprio acusado:

Quase seis horas haviam se passado nos desdobramentos processuais, quando, afinal, saiu o resultado, para espanto geral do auditório e uma grande explosão de alegria: um a um, os oficiais da Aeronáutica, respondendo à indagação aberta do auditor e num clima de irreprimível emoção, foram concordando com a incompetência da Justiça Militar para aquele feito: se o governador sentia-se ofendido, que procurasse a Justiça Comum. A tese da defesa fora aceita por todos os juizes militares – que respondiam sem a menor vacilação. (GOMES, 2001, P. 201 E 202)

Além de uma derrota fragorosa para Antônio Carlos Magalhães, a decisão militar impunha uma contradição bem pouco explorada, senão na análise que aparece na seqüência dessa narrativa:

Produziu-se um resultado considerado fantástico: eu derrotara Antônio Carlos Magalhães pela histórica goleada de 4 a 1. Pela primeira vez a prepotência na Bahia fora vencida não só como força política devastadora, mas junto às próprias fontes que a sustentavam, ou seja, os guardiões e patrocinadores do regime ditatorial. Era inacreditável. (IBIDEM)

Waldir Pires foi uma exceção em vários sentidos. Originário de uma família do interior da Bahia com poucos recursos teve que dar aulas de latim e datilografia para conseguir ingressar no curso de Direito, em Salvador, na qual se destacou como um excelente aluno. Assim como ACM, elegeu-se deputado estadual em 1954 e deputado federal em 1958. Em 1962, perdeu as eleições para Lomanto Júnior, quando se candidatou a ocupar o governo da Bahia. No ano seguinte foi convidado por João Goulart para o cargo de Consultor Geral da República. Com o golpe de 1964 e a deposição de Jango vai para o exílio na França.

Reconhecido por sua carreira política íntegra e austera foi responsável pelo fortalecimento do diretório do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na Bahia, quando retornou do exílio em 1970, filiando-se, com o fim do bipartidarismo ao PMDB e logrou êxito na missão de sanear o Ministério da Previdência Social durante o governo José Sarney, que sucedera Tancredo Neves, após a sua morte repentina.

Em 1986, nas primeiras eleições diretas para governador, após a abertura política, decide enfrentar o carlismo, que havia escolhido Josaphat Marinho (PFL), e se candidatar, novamente, ao cargo de governador da Bahia, compondo uma vitoriosa frente ampla de ex-

carlistas e anticarlistas, aproveitando um momento de intenso desgaste de Antônio Carlos Magalhães que abusara de sua hegemonia em todas as esferas do poder.

José Batista Freitas Mattos, na tentativa de escrever uma biografia apologética sobre ACM, não pode deixar de considerar as razões e o significado dessa derrota:

Tudo aconteceu após as eleições de 1986. ACM não consegue eleger seu candidato Josaphat Marinho, apoiado, também, pelo governador João Durval, que chegara ao cargo em 1982, com apoio do próprio ACM e que, no final do governo enfrentava forte rejeição popular. A vitória das eleições naquele período ficou por conta de um dos seus maiores inimigos, o opositorista, arqui-rival, Waldir Pires. Foi um dos golpes mais violentos recebidos por ele em toda a sua trajetória política. A confiabilidade que depositava em seu sucessor, após ter deixado o governo no ano de 1982, para entregá-lo à João Durval, acabou sendo uma faca de dois gumes. (MATTOS, 2001, 157)

Não bastassem as questões políticas que abalaram a estabilidade partidária e contrariaram um homem enérgico, orgulhoso e bem-sucedido, Antônio Carlos Magalhães teve que enfrentar, ainda no mesmo ano, a morte de sua filha Ana Lúcia Maron de Magalhães.

Essa foi a primeira grande derrota do carlismo na Bahia desde sua formação nos anos 1970, especialmente porque, Waldir Pires, um adversário histórico, da mesma geração do carlismo, retornando do exílio, consegue convergir para si vários indivíduos que mesclam a insatisfação com o carlismo e a expectativa de renovação, com o retorno à democracia, transformando tudo isso, em resultados eleitorais, com uma diferença de mais de um milhão e meio de votos.

Considerando que Antônio Carlos Magalhães havia sido um dos pilares da ditadura militar, uma derrota eleitoral no primeiro pleito após o fim do regime poderia significar a liquidação definitiva do carlismo. Entretanto, não foi isso que ocorreu e mais uma vez, a convergência entre a conjuntura e habilidade de ACM possibilitou um soerguimento desse grupo combatido pela derrota de 1986.

Acosado pela insistência de Ulysses Guimarães em unir o PMDB, Waldir Pires aceita candidatar-se como vice na chapa deste às eleições presidenciais de 1989, na qual foram derrotados. Ao afastar-se do governo baiano para a candidatura, Waldir Pires deixa na gestão o seu vice, Nilo Coelho, pecuarista do interior, sem nenhum carisma, absolutamente impopular e administrativamente incompetente. Antônio Carlos Magalhães capitalizou para si – ele mesmo candidato – todos esses elementos e voltou à carga adotando as mesmas

estratégias de coesão dos grupos conversadores que lhe tornaram várias vezes vitorioso durante a ditadura.

O resultado foi que, em 1990, mesmo após sofrer um infarto, ACM conseguiu vencer as eleições para o governo estadual e retornou à cena política baiana para dominar, quase que exclusivamente, por mais uma década e meia. Contudo, a derrota mais fragorosa de Antônio Carlos Magalhães não seria provocada por um adversário, ao contrário, a “morte” do carlismo dependeu de um evento fortuito e imprevisto até pelos seus mais obstinados inimigos.

Em entrevista aos jornalistas Ancelmo Góis, Marcelo Pontes, Maurício Dias, Miriam Leitão e Rui Xavier, no Rio de Janeiro, em 1995, Antônio Carlos Magalhães destacou que desejava que seu filho, o deputado federal Luis Eduardo Magalhães, fosse vice-presidente, pelo Partido da Frente Liberal (PFL) na chapa do candidato majoritário Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Há muito ACM almejava ser presidente da República, cargo que só ocupou, interinamente, por alguns dias, e não via mais perspectivas de alcançar pessoalmente esse intento. Resolveu apostar no carisma de seu único filho com pendor concreto para a política.

A carreira parlamentar de Luis Eduardo Magalhães foi muito efêmera. Ele nasceu exatamente quando seu pai, Antônio Carlos Magalhães, iniciava seu mandato com deputado estadual na Bahia. Ao atingir a maioridade, em 1973, ocupou a função de Oficial de Gabinete no primeiro governo estadual de ACM. Foi eleito duas vezes deputado estadual e outras três como deputado federal, ocupando a presidência de cada um desses espaços legislativos em 1983, 1995 e 1996, respectivamente.

Por várias razões, inclusive por vontade própria de Luis Eduardo, ele acabou eleito presidente da Câmara dos Deputados. Essa decisão pessoal parece jamais ter contrariado ACM que constantemente afirmada que considerava seu filho e herdeiro político mais “competente”, equilibrado e preparado do que ele. (GÓIS, 1995, p. 135 e 136).

Pouco tempo depois, em março de 1998, teve seu nome oficialmente lançado para concorrer ao governo da Bahia, nas eleições de outubro daquele mesmo ano. Um mês depois, no dia 21 de abril, aos 43 anos, sofreu um enfarto do miocárdio e faleceu. Mais uma vez, um depoimento de Freitas Mattos esclarece o significado dessa morte:

Acostumado a acumular vitórias, Antônio Carlos Magalhães sofreu a maior perda justamente através do filho, para quem esperava deixar o seu espólio político. ‘perder um filho é a maior dor do mundo’ disse ACM a Veja. Ele cumpre um compromisso que o filho assumiu para a noite do dia 21 e que não pode honrar devido ao infarto que lhe tirou a vida. Aflição, angústia,

tristeza. Tudo se mistura no estado emocional do senador, que confessa sofrer de insônia e busca conforto em uma fotografia de Luis Eduardo, colocada ao lado da cama. (MATTOS, 2001, 203)

Alguns analistas, como o cientista político Paulo Fábio Dantas Neto (2006), tem explicado as razões do declínio do grupo político comandado por Antônio Carlos Magalhães desde a sua morte, entretanto, me parece mais evidente que o modelo proposto e explorado por ACM durante a ditadura esgotara-se no final dos anos 1980. (DIAS, 2009)

A partir desse momento parecia decretada a morte do carlismo e, de certo modo, do próprio Antônio Carlos Magalhães que tinha ambições muito maiores que aquelas conquistadas durante sua trajetória pessoal e refletiam-se no herdeiro desaparecido. Não obstante tenha sido essa a avaliação dos cronistas e cientistas políticos, o autor supracitado relata ter ouvido do próprio ACM que “perdeu a própria vida e, junto, o fim de um projeto político”. (IBIDEM, p. 203)

Tal afirmação, ainda que possa parecer um desabafo, tem um sentido muito mais amplo numa leitura política dos fatos. Por um lado, revela a aguda perspicácia de Antônio Carlos Magalhães ao antecipar o declínio do carlismo e a falência de sua proposta continuísta de domínio na esfera política. Por outro, abre um novo ciclo de disputas pela ocupação dos espaços de poder monopolizados por ACM desde a década de 1970 e praticamente inacessíveis até a morte de Luis Eduardo Magalhães.

Essa situação se cristaliza numa eleição inusitada e surpreende em 2006 quando o carlismo amargou uma fragorosa derrota, na qual seus candidatos ao governo da Bahia, Paulo Souto, e ao Senado Federal, Rodolpho Tourinho, perderam a vaga para Jacques Wagner e João Durval Carneiro, respectivamente. Certamente, não foi a primeira e nem a mais importante se comparada às de 1974 ou 1982, nas quais, ele próprio candidato, calculou mal as circunstâncias e os adversários. Mas foi a última. Um desfecho infausto para meio século de dominação que se curvava diante de um projeto sem nenhuma outra sofisticação, senão, as antigas estratégias eleitorais tão conhecidas do carlismo.

A imprensa tradicional brasileira e os políticos de um modo geral, entretanto, ignoraram deliberadamente ou não as mortes anteriores de Antônio Carlos Magalhães. As fotos estampadas nos jornais que noticiaram a morte de ACM caricaturavam um tipo garboso, esbanjando energia e vitalidade. Eram fotos antigas e refletiam o auge de uma carreira política vertiginosa. Sua reação, dedo em riste, tentava erguer do túmulo sepulcral o carlismo

combalido pelas disputas internas e soterrado pela vitória de Jacques Wagner na concorrência pelo governo baiano.

A diferença agora é que não tinha a mesma disposição para buscar caminhos alternativos e encontrar os atalhos do poder. As alternativas, caras à sua trajetória, incluíam descartar aliados desnecessários, promover alianças inimagináveis e triturar os opositores. Os atalhos poderiam ser, indistintamente, uma ditadura verde-oliva ou uma democracia burguesa, pois, em qualquer palácio se sentia à vontade. Instrumentalizava o governo e o Estado para perseguir implacavelmente funcionários públicos insurgentes, estudantes rebeldes e qualquer outro mortal que transpusesse o seu caminho.

Aliás, o denunciamento estéril das reportagens tem desvalorizado esse último fator: a fina flor da burguesia brasileira sempre esteve às voltas com os dossiês vazios, conquanto perigosos, que ACM brandia no ar quando se via acuado. No salve-se quem puder, as ameaças eram esquecidas e os privilégios mantidos. Essa ressalva, naturalmente, não se aplica aos grupos anteriores citados no final do último parágrafo por absoluta falta de dossiês e de privilégios.

Conclusão

A morte inevitável de Antônio Carlos Magalhães, aos 79 anos, depois de esgotados todos os esforços do corpo médico que o acompanhava, pegou a mídia de calças curtas. Às voltas com a cobertura dos Jogos Pan Americanos e o terrível desastre no aeroporto de Congonhas sobrou tempo apenas para reunir um amontoado de dados sobre a sua vida pessoal e política pinçados de arquivos próprios ou alheios. A análises mais sofisticadas, salvo exceções, reeditavam a fórmula do senso comum: a realização intensa de obras públicas combinadas com o carisma irretocável de um homem controvertido resumia o seu perfil. Algumas, nem isso. Às favas todos os mecanismos éticos ou não e todas as conjunturas mais ou menos favoráveis que possibilitaram tamanha expressão de homem público. Se as fotos mostravam a caricatura de um ancião em decadência, as palavras eram o retrato de uma sociedade política conciliadora que encontra eco na mídia despreparada.

A agonia do carlismo, a outra morte de ACM, sem data e lugar certos, mereceu poucas e imprecisas informações. O resultado das urnas foi laconicamente repassado, como se encerrassem todas as explicações possíveis para um processo histórico que durou cinquenta

anos. A “pá de cal” na hegemonia carlista prescindia de qualquer análise uma vez que a democracia representa a vontade do povo, expressa em última instância, no voto secreto e direto. Nossa história, política ou não, tem sido sempre assim: desmemoriada. Pouco importa as entrelinhas do passado se os resultados atuais são visíveis e sonoros, como também, se o passado existe.

As mortes de Antônio Carlos Magalhães representam sério prejuízo à história política desse país. Não me refiro, obviamente, ao legado deixado pelo patrono do carlismo aos seus pares que, no afã de se pronunciarem sobre sua morte, alegavam apenas esse suposto prejuízo. Falo de uma geração de jovens que haverão de ignorar a engenhosidade da burguesia brasileira para galgar o poder e os meandros das instituições republicanas modernas.

Antônio Carlos Magalhães desbancou do poder lideranças políticas importantes como Juracy Magalhães e Luís Viana Filho para se manter no poder e ocupar cargos estratégicos nos governos militares. Ao mesmo tempo, sustentou um arco de alianças que garantiram as eleições de Castelo Branco, que selaram a ditadura, e de Tancredo Neves, que a derrubou. Foi prefeito biônico e governador indicado nos tempos mais sombrios da história recente desse país do mesmo modo que foi aclamado pelas urnas no período democrático. Apunhalava com a mesma mão que afagava e, por vezes, sabia reconhecer a derrota com a mesma naturalidade de um sucesso. Em tudo isso não havia contradição, mas estratégias bem definidas de uma elite em busca do poder.

A insossa repercussão da morte de Antônio Carlos Magalhães demonstra o seu desprestígio, fruto de um poder artificial construído por ele ao longo de sua carreira política, agora em eclipse. O desinteresse pelas razões que golpearam o carlismo nas últimas décadas, esse sim, é um prejuízo real para a política e a sociedade brasileira: uma geração inteira mal informada e despreparada para lidar com os mecanismos de sujeição impostos por esses arautos da classe dominante à sociedade brasileira.

Referências

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954 – 1974). Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

DIAS, José Alves. Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

FRANCO, Tasso. O círculo do poder na Bahia. Salvador: Franco Produções, 1990.

GÓIS, Ancelmo. & et. all. Política é paixão: quem é Antônio Carlos Magalhães. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

GOMES, João Carlos Teixeira. Memória das Trevas: Uma Devassa na Vida de Antônio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

MATTOS, José Batista Freitas. ACM: o mito. Rio de Janeiro: RGB, 2001.

Fontes *on line*

GLOBO.COM. G1 Editorial. São Paulo: 2009. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL55684-5601,00.html>. Acessado em 29.09.2011.

NERI, André Luis. Sarney: ACM foi o construtor da Bahia. São Paulo: 2009. Disponível em <http://g1.globo.com/noticias/politica/0,,mul73838-5601,00-sarney+acm+foi+construtor+da+bahia+moderna.html>. Acessado em 29.09.2011.

A TARDE ON LINE. Especial Biografia. Antônio Carlos Magalhães. Salvador: 2009.

Disponível em <http://www3.atarde.com.br/especiais/biografia/acm/index.html>. Acessado em 29.09.2011.

_____ Especial Biografia. Antônio Carlos Magalhães. Luto na Bahia: políticos comentam a morte de ACM. Salvador: 2009. Disponível em: <http://www3.atarde.com.br/especiais/biografia/acm/noticias2.html>. Acessado em 29.09.2011.

AGENCIA ESTADO. Heloísa Helena se recusa a comentar a morte de ACM. Salvador: 2009. Disponível em <http://www.atarde.com.br/politica/noticia.jsf?id=771047>